

Por Antonio Penteado Mendonça

De acordo com dados recentemente publicados, a expectativa de vida do brasileiro aumentou. Se compararmos com a década de 1940, praticamente dobrou e isto atesta uma significativa melhora nas condições de vida da população.

O fenômeno é mundial. No Japão, a média já ultrapassou os oitenta anos e, nos países mais ricos, vai-se aproximando dessa marca. Na base do salto está o que aconteceu a partir da Segunda Guerra Mundial. A guerra deflagrou um processo de pesquisa inédito, que levou ao desenvolvimento de novas drogas, que atacaram eficientemente uma série de doenças endêmicas espalhadas ao redor do planeta. No campo das vacinas, o progresso foi tão impressionante que doenças como o sarampo e a paralisia infantil, que até a década de 1940 eram problemas agudos de saúde pública, praticamente desapareceram.

Mas as pesquisas foram mais longe e atualmente os exames preventivos e as novas técnicas cirúrgicas estão domando doenças até pouco tempo fatais, como as doenças cardíacas, os acidentes vasculares e diversos tipos de câncer.

O resultado beneficia toda a humanidade e os brasileiros estão aproveitando a onda para viverem mais e com melhor qualidade de vida. O problema é que esta sobrevida impacta negativamente as contas do governo e atinge também a atividade privada, notadamente os seguros de pessoas e os planos de saúde privados.

A previdência social brasileira está calcada num desenho no qual os mais jovens pagam os mais velhos. Como não há poupança embasando o sistema, é a contribuição dos mais moços que custeia a aposentadoria dos mais idosos. Quer dizer, a contribuição social paga pelos que estão trabalhando com carteira assinada é usada para bancar a aposentadoria dos que param de trabalhar.

E aí surge um problema grave. Está acontecendo a inversão da pirâmide. A população está envelhecendo e isto reduz o número de jovens e aumenta o número dos mais velhos. Como se não bastasse, o número de pessoas com carteira assinada também está diminuindo, em função das tipicidades econômicas do país. Vale dizer, tem menos dinheiro para pagar mais gente, o que fará o sistema ser insustentável em algum momento não muito distante.

Na saúde pública, o quadro não é mais animador. O envelhecimento da população implica em custos mais altos para garantir a qualidade de vida das pessoas.

A atividade privada também é afetada por esta realidade. É verdade que o seguro de vida em grupo terá contribuição por mais tempo, sem ter desembolsos extras, além das garantias básicas. Mas os planos de previdência complementar terão um período mais longo de pagamento dos benefícios, sem que tenham um período mais longo de contribuição. E o envelhecimento afeta também os planos de saúde privados, que terão desembolsos maiores com o atendimento aos mais velhos.

O outro lado da moeda não é mais alegre. Ao se aposentarem, grande parte dos trabalhadores brasileiros perde seus seguros de vida e seus planos de saúde privados e, daí pra frente, com a diminuição da renda, eles não têm como seguir bancando esses produtos. O resultado é o aumento da pressão sobre o sistema público.

Fonte: [SindSeg SP](#), em 17.11.2023.